

Mapeamento participativo e a análise de paisagens como instrumento de gestão dos recursos naturais dos manguezais

José Benedito Figueiredo Filho

figuegeo@yahoo.com.br

Programa de pós-graduação em Geografia – PP GEO

Universidade Federal do Pará - UFPA

Palavras chave: Mapeamento, paisagem, gestão.

Introdução

96 Todos os mapas são abstração do mundo, elaborado sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da Geografia. Afirma ACSELRAD e COLI (2008). Para RIVIÈRE (1980), o mapa não deixa de ser um enunciado, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos, um instrumento que “ordena e dá ordem” aos atores envolvidos na produção do território.

Nesse aspecto de gestão de recursos naturais e a análise de paisagens na sociedade atual, em uma perspectiva geográfica e interdisciplinar, o ideal é focar a abordagem nas populações ditas tradicionais. Logo, ao se tratar de um processo extremamente complexo e dinâmico, a análise e a interpretação de todo esse complexo só se fará possível mediante uma abordagem Geossistêmica da paisagem, incluindo todos os elementos ali presentes, desde físicos, químicos, biológicos e principalmente antrópico.

No Brasil, diversas ações de mapeamentos participativos de gestão dos recursos naturais têm sido realizadas com o intuito de contribuir com a gestão territorial de comunidades tradicionais. Entretanto essas reflexões ainda são poucas utilizadas para as populações coletoras de caranguejos.

Objetivos

Analisar e propor metodologias referentes a mapeamento participativo e gestão dos recursos naturais e análise de paisagem dos manguezais no município de Quatipuru-Pa.

Produzir conhecimentos que auxiliem as instituições a criar políticas adequadas, que pensem gente e ambiente como um único sistema.

Mapeamento participativo como instrumento de gestão dos recursos naturais

Ao contrário do senso comum, os mapas estão culturalmente e historicamente vinculados a várias sociedades e a contexto de produção e usos bastante complexo e distintos. Entre os diversos mapas constantemente produzidos e utilizados, existem aqueles associados de alguma forma às populações tradicionais. Como por exemplo, mapas de localização desses povos, da delimitação e demarcação de suas terras, de migrações, de filiações linguísticas, etc.

Os mapas fazem parte da vida cotidiana e são banalizadas pelo senso comum. Deparamo-nos com eles, sem dar-lhes muita atenção, em bancas de revistas, centros de informações turísticas, catálogos telefônicos, guias de ruas, instituições governamentais e não governamentais etc. LACOSTE (1929), afirma que a Geografia e principalmente os Mapas são “um saber estratégico nas mãos de poucos”. E é pensando nesse saber estratégico que os chamados mapeamentos participativos se tornam um instrumento fundamental na gestão dos recursos naturais. Já que através desses instrumentos a população local poderá reivindicar para si a posse ou a propriedade sobre a gestão dos recursos em suas áreas ou territórios.

Para HERLIHY e KNAPP (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Logo, as pesquisas participativas seriam o caminho alternativo para a produção do conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais. Para COLCHESTER (2002), os mapas comunitários revelam – se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como também para planificar o manejo dos recursos naturais.

Os manguezais

Considerados durante muito tempo como regiões insalubres, inúteis ou inutilizáveis, os manguezais, que cobrem até 100 mil km² do globo, tem uma importância econômica e científica considerável. Os manguezais fazem parte das zonas úmidas de importância internacional definidas na convenção de RAMSAR (1971), da qual o Brasil é signatário. Trata-se de “um sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes da flora e da fauna, microscópica e macroscópica, adaptados a um substrato periodicamente inundado pelas marés, com grandes variações de salinidade”(MACIEL, 2006).

Os manguezais, assim como as florestas tropicais úmidas e os recifes de corais, atualmente encontram-se sob ameaças e vêm sendo cada vez mais degradado pelos impactos antrópicos. Contudo, especialistas advertem que os manguezais despertam menor consideração e suscitam menos iniciativas visando sua conservação, em comparação aos dois outros conjuntos de ecossistemas (VALEIA et al, 2001). No que se refere aos manguezais da Costa Norte, tem crescido o interesse de pesquisadores sobre a temática dos usos sociais dos recursos desse ecossistema, procurando-se conhecer as modalidades e os fatores de ocupação humana, suas transformações, assim como caracterizar as populações que dele dependem.

Observa-se ao longo do litoral amazônico, um contingente populacional que mantém sua reprodução social através da relação direta com os recursos naturais disponibilizados em seu território. Podemos atentar para o modo como essas populações constroem seu território, a partir da apropriação dos seus recursos naturais, utilizando técnicas tradicionais. Infelizmente, essa característica peculiar de construção territorial não vem sendo considerada pelo poder público, principalmente no momento da elaboração e efetivação de políticas públicas.

Mochel (2003) chama a atenção para a diversidade social característica das muitas comunidades situadas ao longo da costa norte do Brasil, incluindo grupos indígenas, remanescente de antigos quilombos, comunidades pesqueiras e agrícolas, além dos núcleos urbanos, os quais estabelecem relações variadas com as florestas de mangue.

A Importância da abordagem Geossistêmica na análise das paisagens

“A gente não pode mais atualmente separar a evolução do relevo do meio climático e biogeográfico nem romper a unidade do meio físico...” “Não se trata de estudar separadamente, como a gente fazia antigamente, o relevo, o clima, a vegetação, as águas, mas o complexo que eles formam”. Afirma TAILLERFER (1960).

O termo geossistema foi utilizado pela primeira vez por V. B. SOCHAVA em 1960. O Geossistema se diferencia do Ecossistema, apesar de que ambos tratem de uma aplicação da teoria dos sistemas e da modelagem sistêmica da natureza: O geossistema é um conceito territorial, uma unidade espacial bem delimitada e analisada a uma dada escala; geossistema é muito mais amplo que ecossistema, ao qual cabe deste modo, uma parte do sistema geográfico natural. O geossistema é o conceito integrador que tem faltado (e ainda falta) à Geografia. Mas a análise geossistêmica não é assunto para qualquer pesquisador, nem mesmo para uma equipe isolada.

Considerações finais

O processo de inclusão de atores sociais locais nas práticas de mapeamentos participativos visando à gestão dos recursos naturais, desperta inúmeros questionamentos a cerca do debate em questão. Para COLCHESTER (2002), um risco, é que o processo de mapeamento se afaste das prioridades dos grupos que se quer beneficiar. A noção de mapeamento participativo surge, pois com a marca desta ambiguidade: construída para dar à palavra as comunidades de base e grupos desfavorecidos; integrando, inclusive, segundo alguns sua própria realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura.

Por tanto, se o mapeamento participativo se pretende parte de um contra-projeto de ordem científica, visando questionar os pressupostos oculto da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associada a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento.

Por fim, podemos dizer que o mapeamento participativo relacionado a análise de paisagens em uma abordagem geossistêmica oferece uma nova forma metodológica para entendermos as relações ser humano e meio ambiente. Tornando-se com isso uma importante ferramenta na gestão dos recursos naturais. Essa forma de gestão dos recursos naturais, ao construir e validar conhecimentos em varias escalas, do nível individual ao comunitário, regional e nacional. Colaborando e corroborando com a elaboração e gestão de planos de manejos sustentáveis dos recursos naturais das áreas de manguezais.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri e COLI, Luís Régis. Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas. Texto preparado para o projeto “Experiência em cartografia social e constituição de sujeitos nos conflitos ambientais” IPPUR/UFRJ – 2008.
- ALMEIDA, S. S. Uso de recursos e impactos em manguezais amazônicos : Implicações para o manejo e conservação. III WORKSHOP ECOLAB. Programa de Estudos de Ecossistemas Costeiros Tropicais. Belém – Pará, 1995.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de – A Geoestratégia da Natureza: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário/Luís Henrique Ramos de Camargo. – Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2012.
- FERNANDES, M. E. B.(Org.). Os Manguezais da Costa Norte Brasileira / organizado por Marcus E. B. Fernandes. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.
- LACOSTE, Yves; 1929 – A Geografia-isso serve, em primeiro lugar, pra fazer a guerra / Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França – Campinas-SP: Papirus, 1988,
- LITTLE, Paul E. Gestão Territorial em terras Indígenas: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA-AC, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI-AC e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 2006.
- PROST, M. T. R. C. ; RABELO,B. V. Variabilidade fito-espacial de manguezais litorâneos e dinâmica costeira: exemplo da Guiana Francesa, Amapá e Pará. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém - Pará, MPEG, V.8, 1996.
- VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: Uma Síntese da Percepções / Marta Vannucci. Revista ampliada – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.